

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i36.6066>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



AUTORES DE NÓS MESMOS: A CONSTRUÇÃO DO INTELLECTUAL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Authors of Ourselves: The construction of the Brazilian intellectual in the 21st century

Lúcio Álvaro Marques
UFTM

Resumo: A função do intelectual se liga, por vários caminhos, à vida pública onde impera o debate público. Ele dificilmente fala em nome próprio, pois sua vocação está ligada ao espaço da construção social, por isso sua relação com a cidade é tensa. Sendo uma figura recente entre nós, o intelectual desempenha um papel de alguém que questiona o mundo e, ao mesmo tempo, deve ser questionado pela função que desempenha. Daí, ganha força a questão sobre quem são os intelectuais que nos representam. Neste artigo, ponho em questão a tríade intelectual de 1943 – Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – como candidatos a intelectuais entre nós. Primeiro, analiso qual é a função dos intérpretes do Brasil e, depois, explico alguns elementos sobre a coerência dessa interpretação. Tudo isso para responder à questão: por que essa tríade foi apresentada desde a década de 40 do século passado como “os intérpretes” do Brasil? O que isso diz sobre nossa identidade cultural e intelectual?

Palavras-chave: Intelectual, Filosofia brasileira, Intérpretes do Brasil.

Abstract The role of the intellectual is linked, in various ways, to public life, where public debate prevails. They can hardly speak for themselves, as their vocation is linked to the space of social construction, which is why their relationship with the city is tense. As a recent figure among us, the intellectual plays the role of someone who questions the world and, at the same time, must be questioned for the role he plays. Hence the question of who the intellectuals who represent us are. In this article, I question the intellectual triad of 1943 – Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Júnior – as candidates for intellectuals among us. First, I analyze the role of the interpreters of Brazil and then I explain some elements about the coherence of this interpretation. All this in order to answer the question: why has this triad been presented since the 1940s as “the interpreters” of Brazil? What does this say about our cultural and intellectual identity?

Keywords: Intellectual, Brazilian philosophy, Interpreters of Brazil.

Introdução

Na ordem do ser, independentemente de onde algo se situe, de tempo, quantidade e qualidade, “o que é por si é superior ao que é por outro (*tò di’ autò tou di’ allo*), porque o que é livre é superior àquele que não o é”, como consta no *Protreptico* de Aristóteles (2018, af. 25). Ser por si (*perseitas*, na linguagem latina) equivale a ter domínio sobre as próprias decisões, por isso Aristóteles reafirma no texto a superioridade daquilo que é em relação ao que é condicionado por outro (*in aleitas*). Quem está condicionado por outro (*di’ allo*, *in aleitas*) não tem possibilidade de se autodeterminar, pois sua própria liberdade (*di’ auto*, *perseitas*) será determinada pela vontade alheia. A consequência dessa condição se efetiva

na incapacidade de determinação da própria ação, porque “a ação necessita do uso da razão” (*chroménon de tôn práxeon tēi dianoíai*: Aristóteles, 2018, af. 26) e alguém que abdica do uso da razão se entrega ao domínio do acaso (*tēs týches*). Ao contrapor a necessidade do uso da razão ao acaso, o estagirita demarca dois campos de conhecimento: de um lado, o da ética e política, onde predomina a *práxis* como condição de operatividade racional, visto que nascida do domínio de si e por si (*di’auto, perseitas*), de outro, o dos objetos de uso com ou sem alma (*ktēma en psýchos*), a saber, quer a chave quer o escravo não se autodeterminam, pois já estão determinados por outro (*di’allo, inaleitas*).

A separação não pode ser mais radical: se a ética e a política dependem da *práxis*, elas nascem do uso da razão e do autodomínio (*diánoia* e *di’auto*), ao passo que a utilidade e a escravidão resultam de determinação extrínseca: a necessidade e acaso (*chráo* e *týche*). A possibilidade de autodeterminação e do uso da razão tornam o agente capaz de dominar sua própria ação e direcioná-la ética e politicamente – a *práxis* – ao ultrapassar o domínio da necessidade e a força do acaso. É nessa condição que se pode dizer o que o ser humano “é em parte causa de sua própria natureza e assim de seus desejos e fins” (Zingano, 2023, p. 184), pois a escolha entre agir ou não e os fins de sua ação foram determinados por si mesmo. Nessa condição, escapa-se tanto do domínio da natureza como finalidade única quanto da força do acaso como destino cego. O sujeito da ação conserva seu autodomínio graças à capacidade de dispor de sua própria razão para determinar os fins, modelando a própria vontade e orientando-se para além da mera necessidade: “pelo assentimento ou pela recusa nos tornamos autores de nós mesmos, ainda que os fins nos tenham sido impostos pela natureza” (Zingano, 2023, p. 183-4).

Fora dos reinos da necessidade (a alimentação, proteção e reprodução) e do acaso (a força cega do destino), podemos nos tornar autores de nós mesmos à medida que somos capazes de agir ética e politicamente (*práxis*) graças ao uso razão e da autodeterminação. Contrariamente, se estamos determinados por outros (*di’allo, inaleitas*), não seremos os autores da própria ação nem senhores de nossos domínios. É exatamente aqui que rondam dois perigos: um, aquele retira do sujeito a capacidade da ação, tornando-o escravo ou um instrumento vivo de outro agente (*ktēma en psýchos*), tal foi a condição dos escravizados desde o início da Colônia ao fim do Império; outro, aquele que desconhecendo-se, torna-se mero imitador do que vê externamente. Certo é que a “arte imita a natureza (*tèn téchnen mimeítai tèn phýsin*)” (Aristóteles, 2018, af. 13) e que toda invenção humana nasce desse aprendizado mimético. Porém, seria excessivo reduzir toda invenção à mimesis. É na sutil diferença entre a mimesis (*mimeítai*) e a ação (*práxis*) que podemos ou não nos tornarmos autores de nós mesmos.

Foi na condição de herdeiros dos períodos colonial e imperial em que o domínio do Brasil era determinado de fora por outros (*di’alloi*) e o conhecimento era posto, *grosso modo*, como objeto a ser mimetizado (*mimeítai*), que emergiu o desejo de sermos autores de nós mesmos, a saber, ser capazes de usar a razão para construir uma identidade própria e autodeterminar o resultado de nossas ações. É nesse cenário que os séculos XIX e XX brasileiros viram nascer uma série de autores preocupados com a nossa identidade. Esses autores queriam se livrar tanto do fardo da dominação estrangeira quanto da carência de autorreconhecimento. É aí que surge uma vasta literatura, genericamente, denominada de *intérpretes do Brasil* que quero investigar para saber se hoje, pouco mais de um século depois, conseguimos construir uma identidade e um autorreconhecimento próprios, salvo o pleonasma. Em resumo, e de forma bastante simples, indagamos: os *intérpretes do Brasil* dispõem de instrumentos eficazes para nos fazer pensar com autonomia e agir eticamente como *autores de nós mesmos*? Por certo, essa pergunta tem um acento binário reduzido,

porém é apenas uma demarcação inicial para a análise que segue, cujo escopo geral não deve ser reducionista, nem essa é nossa intenção.

Uma resposta à questão será desenvolvida em duas frentes: na primeira, apresento um conjunto de intérpretes do Brasil, um conceito que se tornou famoso entre nós desde o início do século XXI; na segunda, tentarei caracterizar quem são esses intérpretes e quais escolhas eles representam na construção da figura do intelectual brasileiro neste século. Por fim, apresento algumas considerações sobre a figura do intelectual e seu papel na formação da consciência brasileira.

1. Os intérpretes do Brasil como matriz intelectual

Silviano Santiago é o pai desse conceito desde que reuniu uma dezena de autores na coleção denominada *Intérpretes do Brasil* publicada em 2002. Os intérpretes eleitos pelo editor, situam-se entre 19 de agosto de 1849 e 10 de agosto de 1995, a considerar a data de nascimento de Joaquim Nabuco e a morte de Florestan Fernandes. Dizer que são intérpretes não é um acaso. A condição do intérprete situa-os no campo da hermenêutica, quando, boa parte dos autores selecionados, vêm das ciências sociais. Com isso, dizer que são intérpretes é uma forma de situá-los em uma condição um pouco além das posturas que, profissionalmente, atuaram. Outro elemento que merece destaque é a indistinção que pesa sobre os mesmos em relação à sua orientação política e ideológica e são postos lado a lado desde o começo, apenas para exemplificar: quer aqueles de orientação conservadora como Oliveira Viana e Gilberto Freyre (considerando um veio interpretativo de sua obra), quer aqueles de orientação progressista como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. O que mostra certa dualidade interna à coleção. Poderia ser uma diversidade de houvesse ao menos alguma representante feminina no grupo, mas não é o caso. Os intérpretes estão postos como chave central para a compreensão do Brasil:

São eles que nos instruem no tocante às categorias de análise e interpretação dos valores sociais, políticos, econômicos e estéticos que – conservadores, liberais ou revolucionários; pessimistas, entreguistas ou ufanistas – foram, são e serão determinantes da nossa condição no concerto das nações do Ocidente e, mais recentemente, das nações do planeta em vias de globalização. (Santiago, 2002, p. xv)

Por certo, os intérpretes de nós mesmos são filhos de muitas matrizes teóricas, onde se destacam alguns com pendor mais conservador, outros mais progressistas, e ainda alguns com um pensamento “revolucionário”. Santiago parece evitar a nomenclatura dos progressistas, embora lance mão da dos conservadores. Independente disso, se formos qualificar os intérpretes dentro dos três espectros, dentre os conservadores reuniríamos, no mínimo, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freyre; entre os liberais, Joaquim Nabuco, Manuel Bonfim, Alcântara Machado, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda; restando apenas dois revolucionários, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Por certo, essa caracterização tem algo de apressada, mas serve como mapa dos perfis, de onde se pode depreender uma leitura mais breve dos ditos revolucionários e uma atenção mais detida nos liberais. Outrossim, o que salta aos olhos ainda não é isso, mas as razões pelas quais Santiago escolheu incluir *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*. Não quero induzir à ideia de o editor ser afeito ao conservadorismo. Longe disso, quero apenas compreender a razão de Gilberto Freyre ter tanta relevância na “sedimentação das camadas geológicas do ‘espírito

humano” dentro da compreensão da “formação do intelectual brasileiro” (Santiago, 2002, p. xxxviii).

Por certo, o fato de a nonagenária *Casa-grande & senzala* alcançar a 53ª edição em 2023 não é um fato memor. Se há 90 anos essa obra é uma das que melhor representa a vida e os modos da cultura brasileira, não apenas por ser a mais editada, mas por merecer edição ao lado de *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso* na comemoração dos 500 deste país, certamente ela diz muito sobre nossas camadas geológicas intelectuais. De um lado, a “busca sentimental do começo” leva às tentativas de explicação da origem cultural e histórica do país com todas as suas vicissitudes, de outro, a “investigação racional da origem” (Santiago, 2002, p. xxxviii) deveria impor-nos o desejo de uma compreensão que ultrapassasse as razões do conservadorismo nacional. E curiosamente, uma das melhores representantes do conservadorismo e do patriarcalismo brasileiro continua a ser uma das obras definidoras de nossa vida intelectual. Longe de ser uma obra a se rechaçar, deve-se antes perguntar pelas razões do conservadorismo e patriarcalismo estarem tão arraigados na formação dos intelectuais brasileiros.

Mais que isso, Silviano Santiago é explícito quanto ao critério de seleção das obras (2002, p. xli): “ao planejar esta antologia, julgamos que seria importante centrar a atenção dos leitores nos melhores ensaios escritos por brasileiros sobre o Brasil, depois da Independência do país”. Se esses são os melhores ensaios brasileiros, o que precisa ser posto em questão são os porquês de ainda estarmos tão concentrados em espectros liberais e conservadores entre nossos candidatos a representantes intelectuais. Se são os que mais e melhor nos representam, certamente deve-se ao fato de continuarmos devedores desse liberalismo e conservadorismo intelectuais. Notem que só dois autores – Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes – estariam fora desses espectros, representando o que se chama de pensamento revolucionário e, desde a Independência (1822), não teria havido nenhuma mulher entre as melhores representantes de nossa intelectualidade.

Os intérpretes do Brasil em sua primeira antologia parecem dizer mais do dizem os textos: em primeiro lugar, o domínio do liberalismo e conservadorismo frente ao pensamento do espectro revolucionário é acachapante; em segundo, entre os intérpretes parece não haver espaço para o feminino, demonstrando mais uma vez o patriarcalismo machista imperante na vida intelectual brasileira; em terceiro, pouco ou nada parece ter-se em conta os intelectuais de origem negra como legítimos representantes dos intérpretes brasileiros; em quarto lugar, o fator de Santiago repetir (2002, p. xlii) “selecionamos dez ensaios, dez autores, que nos parecem dignos de representar o melhor do pensamento brasileiro sobre o Brasil”, reafirmar muito da “sedimentação das camadas geológicas do ‘espírito humano’ brasileiro.

Como testemunha de seu tempo, uma antologia tão próxima de nós, talvez indique mais sobre a identidade do intelectual brasileiro pelo que não diz tanto quanto pelo que diz. Se essa compreensão ainda predominava até o início do século XXI, não será fora de propósito interrogar por sua recepção. O editor está consciente de que a antologia serve como testemunha da identidade intelectual brasileira, por isso afirma no fim da introdução (Santiago, 2002, p. xli): “o trabalho de montar uma antologia de textos que mostra como é que pensamos e continuamos a pensar o Brasil”. Ele está ciente quer do paradoxo quer da complexidade que essa antologia representa. Por essa razão, ela representa muito sobre a formação do intelectual brasileiro, quer como pensamos até aquele momento quer como “continuamos a pensar o Brasil”. O fato de continuar a pensar o Brasil com esses mesmos representantes deveria pôr em questão não apenas os nomes

elencados e os motivos dessas escolhas, mas as razões pelas quais eles continuam a ser os mais “dignos de representar o melhor do pensamento brasileiro sobre o Brasil”.

A antologia de Silviano Santiago é apenas uma entre as demais que se sucederam ao longo dessas duas décadas. Com pequenas variações de títulos, passemos em análise outras leituras dos intérpretes do Brasil que apareceram desde então. Trata-se da tríade d’*As identidades do Brasil* (2003-2017), de José Carlos dos Reis; das *Sete lições sobre as interpretações do Brasil* (2008), de Bernardo Ricupero; de *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (2009), organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz; os *Intérpretes do Brasil* (2011), de Gunter Axt e Fernando Schüller; os *Pensadores que inventaram o Brasil* (2013), de Fernando Henrique Cardoso; e os *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* (2014), organizado de Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Ferreira Secco. Reunimos essas obras pelo fato de todas terem como escopo principal dar a conhecer elencos de nomes que, em maior ou menor grau, compõem o rol daqueles que seus autores e/ou organizadores consideraram os que, desde então, são os nossos melhores e mais dignos intérpretes da intelectualidade brasileira.

As identidades do Brasil apresentadas por José Carlos dos Reis têm variações em relação à antologia precedente, mas não difere muito quanto ao propósito principal (Reis, 2003, p. 10): “interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico determinado em uma época determinada; compreender é, a partir dessa atribuição de sentido, autolocalizar-se no tempo, retendo, articulando e integrando suas próprias dimensões temporais”. Daí, os intérpretes seriam as balizas pelas quais poderíamos situar os séculos passados, enquanto a busca de nosso lugar no mundo, seria a obra da autocompreensão. Saber-se situado em um espaço específico permite compreender o que nos afeta e como somos afetados pelas circunstâncias, bem como, em certa medida, saber como afetamos o mundo que vivemos.

Mais que isso, os intérpretes dão a conhecer o passado que nos foi imposto dentro daquele sistema de dependência colonial e imperial onde a possibilidade de autodeterminação era quase nula. Ao mesmo tempo, eles nos permitem compreender “uma localização do presente e um projeto para o futuro (independência)” (Reis, 2003, p. 15), uma vez que o Brasil teria vivido uma Independência muito mais retórica que de fato e de direito. Vale dizer, não superamos as desigualdades sociais provenientes do sistema colonial nem foi criada uma cultura capaz de se preocupar com a identidade do país como tarefa necessária. Dentro desse espectro, os intérpretes servem-nos como balizas da experiência brasileira ao longo dos séculos, “o que o Brasil já foi e ainda é” somado aquilo que ele “quer ser e ainda não é” (Reis, 2003, p. 15). Por certo, a polarização entre o passado e o futuro não derroga os méritos do presente. Pelo contrário, o passado é considerado como uma herança e parte do ainda somos e o futuro como uma espera ou um projeto, porém, ambos somente são visíveis no presente em que nos situamos.

À medida que os intelectuais se voltam para as análises das identidades do Brasil, o que se busca não é apenas uma espécie de monumento histórico para apreciação e juízo crítico. Como bom historiador, José Carlos Reis situa o Brasil e seus intérpretes dentro do curso desse tempo que chamamos hoje (Reis, 2003, p. 20): “os sujeitos históricos brasileiros viveram/sonharam, seus intérpretes organizaram esse seu vivido/sonho de formas distintas em épocas distintas”. A partir das interpretações, somos capazes de compreender o lugar que nos resta dentro da sociedade atual. O vivido e o sonhado são as partes que nos faltam do presente: de um lado, os intérpretes facultam uma leitura de experiências que não estão mais disponíveis para nós que hoje estamos aqui (o passado vivido), de outro, indicam os caminhos que, de alguma forma, podem ser viáveis para que

construamos algo distinto e quiçá melhor que o presente (o futuro sonhado). Entre os dois, estamos mergulhados no presente como lugar e condição da autocompreensão do mundo.

Bernardo Ricupero, por sua vez, é o mais suscito dos intérpretes. Embora breve, seu livro coloca uma questão central: “antes de discutirmos as diferentes ‘interpretações do Brasil’, devemos indagar se tal empreendimento faz sentido”. (Ricupero, 2008, p. 31). Não é incomum partirmos de certa ilusão de pensarmos que o Brasil já alcançou seu lugar ao sol e que a legitimidade de suas ações já está dada. Ledo engano. Não apenas frente ao exterior e à agenda intelectual internacional, mas quanto ao interior também, nossa vida intelectual não está legitimada *tout court*. Pelo contrário, sempre que o negacionismo e o obscurantismo fazem escola entre nós, no sentido expresso por Herton Escobar (2021) e Luiz Felipe Stevanim (2021), é sinal de que nossa intelectualidade ainda está presa, não raramente, dentro dos muros da universidade e sendo afrontado aí também por aqueles dois fantasmas. Nossa autocompreensão ainda não conseguiu, em grande parte, sair dos limites da vida intelectual universitária. Embora pareça temerária essa afirmação, bastaria perguntar quantos dos universitários brasileiros leram alguma daquelas obras dos intérpretes do Brasil listadas por Silviano Santiago na sua inteireza.

Se aqueles são considerados nossos intérpretes por excelência, não será estranho reconhecer um profundo desconhecimento dos quadros universitários frente aos mesmos. Isso deve ser aprofundado como o fez Ricupero (2008, p. 31): “é possível até radicalizar a questão e perguntar, como Raymundo Faoro: ‘existe um pensamento político brasileiro?’” Se tanto Faoro quanto Ricupero retomam a questão, não se deve partir da ilusão de que temos um pensamento político brasileiro já legitimado. Mais que isso, se o pensamento político ainda pode ser colocado em questão, mesmo depois de mais de 130 anos de República, o que não poderemos dizer sobre o pensamento filosófico brasileiro. Afinal, ter obras e autores que tratam da política no Brasil não basta para constituir um pensamento político brasileiro, logo, o mesmo não se aplicaria à filosofia?

A epígrafe “o Brasil não é para principiantes” nas palavras do maestro Tom Jobim dá o tom e o ritmo desse *Enigma chamado Brasil* (2009), organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. Eles reúnem “seus principais intérpretes” com o intuito de dar a compreender os principais momentos históricos da trajetória nacional. De forma direta, creem que esses intérpretes “contribuíram de modo crucial para a compreensão da sociedade brasileira, dos seus problemas, dilemas e possibilidades” (Botelho & Schwarcz, 2009, p. 12). Não se trata de um surto de última hora, os dois identificam um crescente interesse pelo pensamento social brasileiro desde a década de 90 e dentro desse espectro situa-se a “arena de conflitos interpretativos e de disputas sobre, ao fim e ao cabo, o que é o Brasil” (Botelho & Schwarcz, 2009, p. 13). Novamente, o que está em questão é a identidade do país com suas idiosincrasias e crises recorrentes.

Ainda que tenham reunidos o maior número de intérpretes em relação às listas que analisamos, estão conscientes de seus esquecimentos e escolhas. Para além do rol dos clássicos, conseguem alimentar uma lista mais ampla e, apenas nessa obra, aparecem duas mulheres no rol dos intérpretes do Brasil, a saber, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gilda de Mello e Souza. Malgrado os limites que Botelho e Schwarcz (2009, p. 15) já apontam de início, não restam dúvidas da expectativa que depositam no seu elenco que “as interpretações do Brasil, acadêmicas ou não, constituam um espaço social de comunicação entre *presente*, *passado* e *futuro* que pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso presente ainda oculta”. Novamente, a preocupação com a compreensão do passado e a tentativa de lançar luz para possibilidades futuras brasileiras dá as notas do refrão. O presente permanece como o tempo em que se busca

alargar a compreensão de nossas tradições e como meio para traduzir expectativas e esperanças do povo brasileiro. Eis o lugar em que situam o livro (Botelho e Schwarcz, 2009, p. 15-6): “um balanço do pensamento social brasileiro, é também um indício de que existe ‘uma comunidade (mais alargada) de imaginação’, que tem se perguntado, com certa insistência, sobre o que ‘faz do Brasil, Brasil’, e que procura reler, traduzir e inventar tradições”. A pergunta bifurca-se em duas possibilidades: tanto a interrogação sobre essa identidade brasileira (o que faz do Brasil, Brasil) quanto a busca de uma tradição que nos permita medir se estamos ou não evoluindo em relação ao nosso lugar de partida.

A quarta obra sobre os *Intérpretes do Brasil* (2011), organizada por Gunter Axt e Fernando Schüller, parte de um ponto semelhante ao de Bernardo Ricupero ao pôr em questão a legitimidade do próprio pensamento brasileiro. Neste caso, Axt e Schüller vão direto ao ponto (2011, p. 9): “por que é tão importante interpretar a realidade brasileira? E mais: por que pesquisadores tão renomados se interessam por interpretar aqueles que interpretaram o Brasil?” Nem a interpretação do Brasil nem a preocupação com tal feito parecem legitimados por si mesmos. Perguntar por essa legitimação equivale a buscar as razões da autocompreensão brasileira que acontecerá “procurando-se entendê-los em seu tempo, no contexto das mentalidades, das ideologias, das culturas e dos projetos, das relações de produção, enfim, de sua época” (Axt e Schüller, 2011, p. 13). Isso quer dizer que a visão de mundo gerada no Brasil – sua mentalidade, ideologias, culturas e projetos e relações – não comporta uma unidade e uniformidade nem uma constância e coerência. Ao contrário, o que se nota entre os intérpretes elencados é “a riqueza, a multiplicidade e a diversidade dos intérpretes da brasilidade” (Axt e Schüller, 2011, p. 13).

À medida que se tem a coragem e a ousadia necessárias para se enfrentar a multiplicidade e diversidade das interpretações, talvez possa-se entrever “uma saborosa visão panorâmica de como o Brasil foi pensado” (Axt e Schüller, 2011, p. 13). É com esse intuito que os autores selecionam 13 intérpretes mais dois grupos, os Inconfidentes e os Poetas Inconfidentes como representantes das interpretações nacionais. Ainda assim, pode-se ver um conjunto que não difere muito dos elencos anteriores, embora traga como destaque os representantes da verve poética inconfidente.

O penúltimo elenco reúne os *Pensadores que inventaram o Brasil* (2013), segundo Fernando Henrique Cardoso (doravante, FHC, foi Presidente da República entre 1995 e 2003). A preocupação dos intérpretes reunidos seriam aquela de compreender a formação do Brasil e, neste caso, tal compreensão se deve à forma como a nação foi entendida pelos “pensadores que inventaram o Brasil” (FHC, 2013, p. 10). Eles tinham uma preocupação principal: entender a nação, tanto em relação ao mundo quanto em suas “classes, etnias e culturas, como seria possível argamassá-las no mesmo conjunto histórico, e no futuro que teria o Brasil no contexto das demais nações” (FHC, 2013, p. 10). Nessa expressão fica patente como FHC ainda pensa o Brasil como um cadinho cultural onde classes, etnias e culturas se fundiriam em uma nova nação. Parece uma interpretação não apenas conservadora quanto demasiado freyreana para se justificar a tão pouco tempo atrás.

Para além desse ponto, o autor demonstra acuidade ao admitir que nem o estatal nem o econômico são suficientes para entender o Brasil. Ao contrário, uma interpretação que se queira justa precisará integrar novas reivindicações democráticas, as pautas sobre maior inclusão social além de novas formas de participação social (FHC, 2013, p. 14). Nisso o diagnóstico do antigo sociológico que parece ter abjurado seu pensamento quando se fez presidente, é bastante arguto, mas nem por isso ele alarga o rol dos intérpretes. Sua interpretação parece devedora não apenas do conjunto clássico dos intérpretes quanto da filiação freyreana que compreende a sociedade como a fusão de classes, etnias e culturas

que se acomodariam com o tempo dando lugar à nação brasileira. Longe disso, as ciências sociais e históricas estão fatigadas de tanto denunciar o caráter histórico e conflituoso da construção das identidades dentro da nação.

A mais recente das obras, os *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* (2014), organizado por Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Ferreira Secco, salvo o terceiro volume d'*As identidades do Brasil* (2017), José Carlos Reis, é a segunda mais ampla em se tratando do número de intérpretes, 26. A obra divide-se teoricamente em dois polos: um, representado pelos intérpretes até 1920 que estavam preocupados com a solução dos dilemas nacionais, mas que não raramente apontavam direções “dentro do processo de modernização conservadora” do país; outro, representado pelos nomes pós-1922 (data do 1º Centenário da Independência do Brasil e da Semana de Arte Moderna) e tendo nos críticos sociais os principais nomes da vida política e intelectual brasileira (Pericás e Secco, 2014, p. 9). Ainda que exista essa diferença entre as duas gerações de intérpretes, o pior é que o Brasil parece demasiado apegado àquilo que Florestan Fernandes interpretou com rara lucidez: somos devedores da modernização conservadora. Com isso, os autores afirmam que “a leitura da história brasileira acompanhou as duas primeiras gerações que compõem este livro. Mesmo entre sociólogos e críticos literários a perspectiva adotada era muitas vezes a da sociologia diferencial, do folclore ou da história da literatura” (Pericás e Secco, 2014, p. 10). Seríamos, nesse sentido, ainda demasiado conservadores para incorporar os resultados da Semana de Arte Moderna no pensamento brasileiro. Não obstante, entre os rebeldes e os renegados, os autores parecem incluir nomes pouco dados a certo cânone do pensamento social e político brasileiro que passamos a analisar.

2. A vida intelectual como espelho do país

A escolha desses sete róis de intérpretes do Brasil foi intencional e deliberada em vistas de poder explicitar alguns elementos que seguem em parte invisibilizados e/ou negligenciados na *intelligentsia* brasileira. Longe de ser um acaso ou descuido, quem os elaborou sabia da responsabilidade e do papel que representam na vida intelectual a partir do interior das maiores universidades do país e dos grandes centros de difusão cultural. É dentro desse enquadramento que podemos avaliar o alcance dessas obras na formação da figura do intelectual brasileiro. Não há como negar que os rumos da política do Estado se fazem notar no interior da vida universitária e, igualmente, “a direção em que for a [vida e a] reforma da universidade é a direção em que está a ir a reforma do Estado” (Santos, 2011, p. 114). Vale dizer, a vida intelectual espelha a realidade do país para o bem e para o mal. Felizmente, a preocupação com a identidade e realidade do Brasil vem crescendo desde a década de 90, segundo Botelho e Schwarcz. Esse movimento se faz sentir tanto nas ciências sociais quanto na filosofia, sendo esta em menor escala até o início de 2010. Ainda assim, pode-se dizer a preocupação dos múltiplos intérpretes do Brasil – quer quem se dedicou a tal na primeira geração até 1920, quer os herdeiros da Semana de 1922 – são aqueles que nos ensinaram quase tudo o que sabemos sobre o Brasil que somos. Nascemos como povo e nação republicana em meio a crises democráticas a pouco mais de um século e isso não serve de alibi. Afinal, quem somos nós e quem são nossos intérpretes?

Santiago (2002)	Reis (2003-2017)	Ricupero (2008)	Botelho & Schwarcz (2009)	Axt & Schüler (2011)	FHC (2013)	Pericás & Secco (2014)
J. Nabuco	F. A. Vanhagen	O. Viana	V. Uruguai	Inconfidentes	J. Nabuco	O. Brandão
E. Cunha	G. Freyre	G. Freyre	M. Paraná <i>et alii</i>	H. J. Costa	E. Cunha	H. F. Lima
M. Bonfim	C. Abreu	S. B. Holanda	A. Rebouças	J. Nabuco	P. Prado	A. Pereira
O. Viana	S. B. Holanda	C. Prado Jr.	J. Nabuco	O. Viana	G. Freyre	L. Basbaum
A. Machado	N. W. Sodré	R. Faoro	S. Romero	E. Cunha	S. B. Holanda	N. W. Sodré
P. Prado	C. Prado Jr.	F. Fernandes	N. Rodrigues	M. Lobato	C. Prado Jr.	I. Rangel
G. Freyre	F. Fernandes		E. Cunha	G. Freyre	A. Candido	R. Facó
S. B. Holanda	FHC		M. Bonfim	S. B. Holanda	F. Fernandes	E. Dias
C. Prado Jr.	P. Calmon		P. Prado	Poetas Inconfidentes	C. Furtado	S. B. Holanda
F. Fernandes	A. F. M. Franco		O. Viana	A. Candido	R. Faoro	G. Freyre
	O. Viana		M. Andrade	R. Faoro		C. Cascudo
	M. Bonfim		L. C. Cascudo	N. W. Sodré		J. H. Rodrigues
	J. M. Carvalho		R. Bastide	E. Prado		C. Prado Jr.
	FHC		G. Freyre	C. Prado Jr.		E. Carone
	R. Faoro		S. B. Holanda	R. Campos		F. Fernandes
	E. C. Mello		C. Prado Jr.			R. M. Marini
	R. Moraes		G. Ramos			J. Gorender
	D. Ribeiro		O. Nogueira			A. Candido
			A. Candido			C. Furtado
			M. I. P. Queiroz			R. Almeida
			G. M. Souza			D. Ribeiro
			F. Fernandes			M. Pedrosa
			C. Pinto			M. Tragtenberg
			D. Ribeiro			P. Freire
			R. Faoro			M. Santos
			O. Ianni			
			FHC			
			R. Schwarz			

Fazendo uma leitura genérica e simplória das sete obras sumariadas acima pode-se alcançar uma série de respostas para além do que os textos apresentam: primeiramente,   possível ver agora quem são os nossos intérpretes eleitos por cada autor/a que lemos; segundo,   possível interrogar nossos intérpretes e aqueles que se dedicaram a eles para saber algo sobre a nossa identidade intelectual brasileira. É exatamente o que passamos a

fazer a partir deste momento. Antes, porém, cumpre advertir que nosso interesse está no campo filosófico e, os leitores ortodoxos dirão sem pestanejar, que estamos tratando só de intérpretes provenientes das ciências sociais, políticas e econômicas. Advirto antes em contrário, temos aí historiadores, antropólogos, educadores, literatos, críticos literários, poetas e, uma exceção para comprovar a regra, a filósofa Gilda Rocha de Mello e Souza.

Esse ponto comporta grande importância: por um lado, se entre os intérpretes só há duas mulheres – a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018) e a filósofa Gilda Rocha de Mello e Souza (1919-2005) – há que se perguntar os porquês de tamanha discriminação ou esquecimento de seus nomes. Nesse caso, a quem queira algum exemplo de nomes que mereciam figurar entre tais elencos, sugiro consultar as 567 páginas do *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade* (2000), organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil. Por outro, percorrendo rapidamente os elencos de nomes é possível ver tanto a baixa incidência de autores negros entre os citados quanto a quase completa ausência de nomes de quem se dedicou exclusivamente à filosofia. Entre os intérpretes do Brasil parece não haver espaço para essas três classes de representantes, ou tal lugar é demasiado restrito, digo, as mulheres, a/os autora/es negra/os e a/os filósofa/os. Longe de conformar com os rôis de intérpretes estabelecidos, temos antes que pôr em questão as razões de serem apenas esses e não outros e também as razões de serem e haver lugares comuns entre os mesmos. Parece justo estabelecer algumas questões pontuais: (i) quais são as razões de tamanha invisibilidade feminina senão o machismo arraigado na sociedade brasileira? (ii) Que pressupostos epistemológicos sustentam o branqueamento da formulação do rol de intérpretes senão alguma forma de racismo? (iii) Quais as razões de quase não haver nomes de filósofos entre os intérpretes do Brasil uma vez que seriam eles os supostamente mais se perguntam pela própria identidade?

Obviamente, as respostas às duas primeiras questões já estão, em parte, indicadas na forma das perguntas – o machismo e o racismo – que, de certa forma, também reflete as desigualdades sociais dos tempos coloniais. Não dá para fazer uma transposição pura e simples dos problemas de outrora para hoje nem vice-versa. Entretanto, a título geral, os dois elementos destacados são, de alguma forma, consensuais quanto às desigualdades mais gritantes da sociedade brasileira, perpetuadas por desigualdades de renda e condição de acesso à informação. Quanto à terceira questão, ela é parece um pouco mais complexa. Penso que ela aponta na direção da (des)legitimação da própria filosofia enquanto componente da identidade cultural brasileira. Embora tenha uma longa história do ensino de filosofia desde o bacharelado em Artes de 1575 no Colégio da Bahia até os cursos oferecidos nas faculdades de direito, a começar por São Paulo e Recife, até se estender para o ensino médio e os cursos superiores no século XX, é impressionante, senão curioso, que apenas uma filósofa destaque-se como tal nas setes listas apresentadas. E mais, ainda que digam que se trata de obras voltadas para o pensamento social e político brasileiro, tanto mais espantoso se torna ao constar que tão pouco ou nada teria a filosofia brasileira a dizer sobre esses seguimentos. Essa ausência fala não por sua força, mas pelo silêncio audível que deveria nos fazer perguntar sinceramente qual é a legitimidade disso que fazemos quando estamos a ensinar filosofia em um país tão desigual quanto o nosso. Essa questão se volta primeiramente à legitimidade da atuação intelectual entre nós: o que nós fazemos quando estudamos o pensamento brasileiro?

Diversamente, retomando os elencos de nomes, vale notar as maiores recorrências entre os intérpretes nomeados: Francisco José de Oliveira Viana e Raymundo Faoro constam em cinco coleções; Florestan Fernandes, em seis; e apenas, Gilberto de Mello Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio da Silva Prado Júnior constam nas sete obras.

Essa tríade já havia sido identificada como “os intérpretes” do Brasil por Fernando de Azevedo na sua obra de 1943, *A Cultura Brasileira* (Mota, 1986, p. 8). Como já vimos anteriormente algo sobre suas filiações intelectuais, é curioso perceber os que estão entre os mais lidos e comentados intérpretes e que tipo de pensamento trazem. Sem dúvida, isso diz muito sobre a identidade intelectual do país, podendo-se pensar em uma mútua influência: tal intelectual qual caminho teórico pensado sobre e para o Brasil. Em que pese a ironia indistintamente sobre uns e outros que não estão dentro da mesma seara teórica – Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – é injusto na recordar o sarcasmo do cronista Nelson Rodrigues: “toda unanimidade é burra. Quem pensa com a unanimidade não precisa pensar”. Com isso, no mínimo, deveríamos nos pôr questões sobre as razões de elegermos alguns intérpretes de forma tão fiel aos seus nomes.

Indo um pouco além das listas, não é por acaso que uma obra como *Casa-grande & senzala* chegou à 53ª edição em 2023. Trata-se de um autor com reconhecida fama no Brasil e no exterior, a ponto de ter recebido 25 prêmios e títulos entre 1934 e 2008. Para se ver o reverso do autor, um nome como Milton Almeida dos Santos recebeu 14 títulos de doutor *honoris causa*, além de 9 prêmios e distinções, porém figura apenas entre os renegados na última obra analisada. Indo mais além, Paulo Reglus Neves Freire recebeu 30 títulos de doutor *honoris causa* entre 1973 e 1996 e outros 6 póstumos, entre 1997 e 2019, além mais 7 honorarias. Também ele se encontra entre os renegados da última obra. Para fazer ao sucesso de vendas de Gilberto Freyre, apenas a *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire que, em 2018, chegou à 50ª edição. No entanto, ainda é incomparável suas presenças nas obras analisadas. Afinal, por que o conservadorismo de Gilberto Freyre é mais plausível aos intérpretes do Brasil que a pedagogia libertadora de Paulo Freire? Por que o pensamento conservador ainda nos descreve melhor mesmo depois 90 anos?

A questão posta no início merece ser retomada agora – em resumo, *os intérpretes do Brasil* dispõem de instrumentos eficazes para nos fazer pensar com autonomia e agir eticamente como *autores de nós mesmos?* – para um balanço das opções. Em primeiro lugar, se o grande destaque interpretativo entre nós continua a ser o crítico do conservador do conservadorismo brasileiro, certamente isso se deve ao fato de o conservadorismo ser ainda muito presente em nosso meio. Em segundo lugar, a baixa incidência de intérpretes rebeldes e renegados – mulheres, negras/os e aqueles que aparecem apenas em uma obra – talvez seja mais um indício dos enraizamentos teóricos da intelectualidade brasileira e de sua dificuldade de se abrir para formas alternativas de crítica social. Em terceiro, é fato que há apenas uma representante da filosofia entre os nomes elencados – Gilda de Mello e Souza – isso pode ter um valor entrópico à medida que nos leva a questionar os porquês de a filosofia tanto ter ainda tão baixa representatividade entre os candidatos a intérpretes do Brasil quanto as razões de sua legitimidade na forma como a praticamos até o presente.

Se a filosofia é aquilo que faz pensar por si e agir livremente (*di’auto* e *práxis*), fora da condição de instrumento animado e da força do acaso (*ktêma en psýchos* e *týche*), isso não responde as razões da baixa legitimação filosófica na interpretação do Brasil, antes existe que se tenha coragem de perguntar pela forma e conteúdo, pelas razões e métodos disso que fazemos quando trabalhamos na filosofia. Não colocar a questão seria o mesmo que admitir o descompromisso do pensamento filosófico com a realidade local, ao mesmo tempo que, pensar sem se comprometer com o destino do país em que vivemos alimenta o sonho gostoso de continuar a produzir centenas de *papers* sem no interrogar sobre o futuro da própria filosofia. Nada de errado nisso, apenas seria uma gentileza avisar ao leitor de antemão que renunciamos à tarefa de sermos autores de nós mesmos.

Referências

- ARISTOTELE. *Protreptico*. Esortazione alla filosofia. 8 ed. A curda di E. Berti. Texto a fronte. Itália: UTET, 2018.
- AXT, Gunter & SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011.
- BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ESCOBAR, Herton. “A ciência contra o negacionismo”. *Academia Brasileira de Ciências*. Disponível em <https://www.abc.org.br/2021/01/24/a-ciencia-contra-o-negacionismo/> Acesso em 3.12.2024.
- MOTA, Carlos Guilherme. A cultura brasileira como problema histórico. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo (3), p. 7-40, dezembro de 1986.
- PERICÁS, Luiz Bernardo & SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*, 3 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2003-2017.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- SANTIAGO, Silviano (introdutor e coord.). *Intérpretes do Brasil*, 3 vols. Rio de Janeiro: Aguilar, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- STEVANIM, Luiz Felipe. “Só a ciência salva do obscurantismo”. *FIOCRUZ: Ciência*. Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/entrevista/ciencia-entrevista/so-a-ciencia-salva-do-obscurantismo/> Acesso em 3.12.2024.
- ZINGANO, Marco. *Estudos de ética antiga*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2023.

LÚCIO ÁLVARO MARQUES
Doutor em Filosofia (PUC-RS, 2014)
Professor de Filosofia / Graduação e Pós-graduação (UFTM)
E-mail: lucio.marques@uftm.edu.br